

Trabalho sem fim na Defensoria

FABÍOLA GÓIS

DA EQUIPE DO CORREIO

Adriana M.E., 39 anos, luta na Justiça para ter o direito de visitar a sobrinha. A menina, de 11 anos, mora com o pai. Foi abandonada quando nasceu. A mãe, prostituta e usuária de drogas, morreu há dois anos. E a diarista foi proibida de visitar a garota. "Ela me liga escondido e pede para morar comigo. Perdi minha irmã para o mundo e preciso da Justiça para ver minha sobrinha", diz a tia. A solução para o caso de M.E. pode vir rápido, por meio da Defensoria Pública do Distrito Federal, que em geral resolve problemas semelhantes em três meses.

Mas nem todos os casos são solucionados com a mesma velocidade. M.E. é uma das 119.592 pessoas que procuraram o serviço, gratuito, no primeiro semestre deste ano. Um volume de processos alto, para apenas 115 defensores públicos e 829 estagiários e advogados colaboradores, espalhados em 18 núcleos do DF. Enquanto um caso de pedido de pensão alimentícia pode durar apenas duas semanas para ser resolvido, problemas mais complexos, como a definição de um inventário, demora quase um ano.

A falta de defensores viola um direito básico do cidadão brasileiro: o acesso à Justiça, assegurado pela Constituição Federal. No DF, seria necessário o dobro do número de profissionais existentes hoje. Para estar em igualdade com o Ministério Pùblico, por exemplo, seria necessário pelo menos dois profissionais a mais em cada vara de Justiça. O governo do DF reconhece a deficiência e estuda a abertura de um concurso para a categoria, com 80 vagas.

Para a dona-de-casa M.D.N., 63, o tempo é inimigo. O filho dela, de 25 anos, está preso há três meses acusado de ter participado de um roubo em Ceilândia. Ela acredita na inocência do jovem, que estaria na cadeia injustamente. Procurou o atendimento gratuito tão logo soube da prisão. "Não tenho dinheiro para pagar advogado e meu filho precisa de defesa. Ele tem que sair de lá para me ajudar em casa", afirma M.D.N. O processo dela já foi aberto no núcleo da cidade.

24h por dia

No DF, o trabalho dos defensores é ininterrupto. Há plantões aos finais de semana e feriados, durante 24 horas. Mesmo assim, é preciso dedicação para não deixar a população sem atendimento. A estimativa é que mais de um milhão de pessoas tenham direito ao serviço, destinado a cidadãos de baixa renda. O limite estipulado para atendimento é de até cinco salários mínimos (o equivalente a R\$ 1,5 mil). Mas há pessoas com salários mais altos atendidas, em função das altas dívidas assumidas, por exemplo. A Ordem dos Advogados do Brasil defende que o teto da renda dos beneficiários seja de três salários mínimos.

Em Ceilândia, cidade campeã em procura, 55% da de-

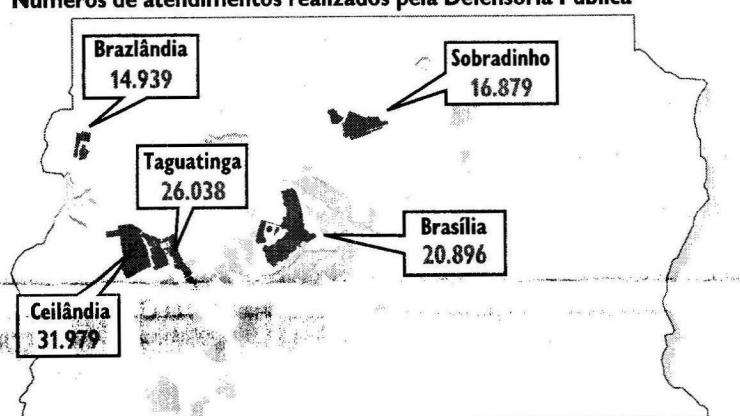
Marcelo Ferreira/CB/18.8.05



O NÚCLEO DE CEILÂNDIA É O CAMPEÃO EM ATENDIMENTO DO DF. ÀS 8H, QUANDO AS SENHAS COMEÇAM A SER DISTRIBUÍDAS, O LOCAL JÁ ESTÁ LOTADO

RAIO-X

Números de atendimentos realizados pela Defensoria Pública



► Até junho deste ano, a Defensoria Pública do DF realizou 119.592 atendimentos. A média é de aproximadamente 600 atendimentos diárias nos 18 núcleos do DF. No ano passado, foram 189.253 casos.

► Existem 115 defensores públicos no DF, contra 320 promotores e 280 juízes para 144 varas.

► São 829 estagiários e advogados colaboradores e 204 servidores.

► O volume de atendimentos cresceu 196% de 1992 a 2002.

► Metade dos processos de família patrocinados pela Defensoria Pública do DF dizem respeito a pensões alimentícias.

Em Ceilândia, cerca de 55% dos processos que tramitam no fórum são apresentados pela Defensoria Pública. Nas varas de família, a atuação dos defensores públicos atinge 91%, nas varas cíveis é de 46%, nas varas do Tribunal de Júri é de 59% e nas varas criminais chega-se a 56%.

manda do fórum passa pela Defensoria. "Como ficamos perto de Águas Lindas (GO) e o município não oferece o serviço, os moradores de lá terminam aqui. Eles sempre dizem que moram com um parente do DF", explica Elisângela Guimarães Santos de Miranda, coordenadora do Núcleo de Assistência Judiciária local.

De janeiro a junho deste ano, foram 21.722 proezas, incluindo desde as ações apresentadas até os pedidos de orientação, para apenas 12 defensores. Até mesmo para os estagiários há muito serviço. Além de atender ao público, eles redigem petições (mas não assinam), acompanham pro-

cessos e defendem causas como se fossem advogados, exceto quando se trata da esfera criminal. Atualmente, há mais de dois mil processos em trâmite nas 15 varas judiciais, para 17 juízes e 19 promotores de justiça.

As 40 senhas previstas para atendimento diário no local começam a ser distribuídas às 8h. As filas começam antes. "Na primeira vez que eu vim, aguardei a manhã inteira. Marcaram meu retorno só dois meses depois", contou Adelita Alves do Espírito Santo, 48. "Não tenho como pagar advogado e preciso ter a tutela do meu tio, que é deficiente mental", justifica.

COLABOROU CECÍLIA BRANDIM